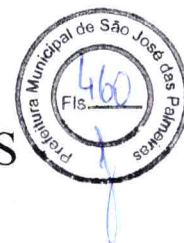


ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2022**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022 - SRP

Que entre si celebram **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de um lado o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/PR, e de outro lado a Empresa **DAZK COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA**, pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.333.053/0001-74, estabelecida na Rua Francisco Russi, nº 100, sala 13, Canta Galo, Rio do Sul - SC, neste ato representada por sua sócia administradora a Sra. **Debora Adriana Zwicker Kiefer**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 5.720.810 SSP/SC e CPF nº 093.730.769-65, residente e domiciliada na Rua Maria Fermino Claudino, nº 151, Concórdia, Lontas - SC, com os preços dos itens abaixo relacionados:

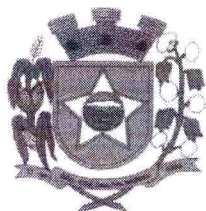
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNIT.	VLR. TOTAL DO ITEM
34	08	Unid.	Câmara 12-5-80 R16	RS	R\$ 114,99	R\$ 919,92

Resolvem registrar os preços acima descritos, com integral observância da Lei Federal 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

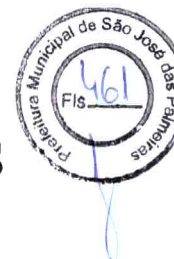
Cláusula Primeira - Do objeto – Constitui objeto da presente ata o **Registro de preços para aquisição futura e parcelada de pneus novos, câmaras e protetores de aro, para atender a frota de veículos de todas as Secretarias e Departamentos do Município de São José das Palmeiras - PR.**

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis – Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Eletrônico nº 039/2022, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira – O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 919,92 (novecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos)**. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega do (s) produto (s), mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do INSS; 3) Certidão Negativa de



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

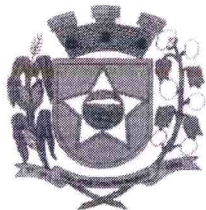


Débitos Municipais; 4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta - Da duração e do crédito orçamentário – O presente contrato tem como prazo de vigência até **18 de Setembro de 2023**. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	490	03.001.04.122.0002.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	950	05.001.12.361.0004.2028	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1010	05.001.12.361.0004.2029	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1140	05.001.12.361.0004.2032	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1240	05.001.12.361.0004.2033	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1450	05.001.12.365.0004.2035	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1650	05.001.12.365.0004.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1770	05.001.12.367.0004.2042	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1870	05.002.13.392.0005.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1920	05.002.13.392.0006.2046	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1990	06.001.10.301.0007.2047	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2580	06.002.10.301.0007.2059	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2880	06.002.10.304.0007.2063	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3090	07.001.15.452.0008.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3100	07.001.15.452.0008.2069	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3220	07.001.15.452.0008.2071	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3410	07.002.26.782.0009.2072	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3420	07.002.26.782.0009.2072	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3430	07.002.26.782.0009.2072	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3440	07.002.26.782.0009.2072	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3450	07.002.26.782.0009.2072	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3720	08.002.20.606.0010.2080	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3730	08.002.20.606.0010.2080	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3840	09.001.08.244.0012.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3900	09.002.08.243.0012.6082	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4030	09.002.08.244.0012.2086	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4080	09.002.08.244.0012.2087	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4240	09.002.08.244.0012.6091	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4350	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4410	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: Da hipótese de rescisão - O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Da cessão - A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

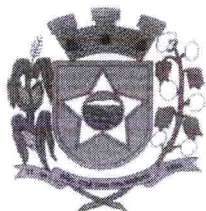
Cláusula Oitava: Do local e prazo de entrega - Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

Parágrafo Primeiro: A contratada deverá entregar os pneus no prazo de no máximo **10 (dez) dias**, no Departamento de Transporte no Município de São José das Palmeiras, logo após o pedido da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes.

Parágrafo Segundo – A empresa vencedora deverá, no ato da entrega dos produtos, apresentar original da Nota Fiscal e/ou cópia autenticada que comprovem a origem lícita dos mesmos, sob pena de ser negado o recebimento e rescindido o contrato.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nova - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.



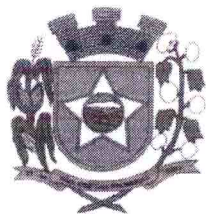
Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção -

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a. **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b. **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
 - c. **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - d. **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
 - e. **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção
1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
 2. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira– Da fiscalização – A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sr. Douglas de Alencar Colombelli**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução,



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima Segunda - Do foro – Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa. E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, 19 de Setembro de 2022.

NELTON
BRUM:840
50209934

Digitally signed by
NELTON
BRUM:84050209934
Date: 2022.09.19
10:54:50 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
(Nelton Brum)
Contratante

DEBORA ADRIANA
ZWICKER
KIEFER:09373076965

Assinado de forma digital por
DEBORA ADRIANA ZWICKER
KIEFER:09373076965
Dados: 2022.09.19 13:27:06 -03'00'

DAZK COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA
(Debora Adriana Zwicker Kiefer)
Contratado

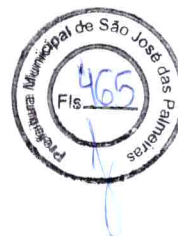
Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022.**

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de pneus novos, câmaras e protetores de aro, para atender a frota de veículos de todas as Secretarias e Departamentos do Município de São José das Palmeiras - PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: DAZK COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA.

VALOR: R\$ 919,92 (novecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 18 de Setembro de 2023.

São José das Palmeiras, em 19 de Setembro de 2022.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal